



# Ciência Política

## Câmara dos Deputados

### Pós-Edital 2023

### Questões Comentadas

Profa. Dra. Maria das Graças Rua



# Teoria do Estado e formação dos Estados nacionais



**1.(Ano: 2022 — Banca: FGV) A formulação do conceito de Estado moderno remonta ao século XVI, quando a crise dos grandes poderes universais e dos poderes senhoriais feudais abriu o espaço para a formação de monarquias centralizadas dinástico-territoriais, em conflito pela hegemonia da Europa.**

**Na França, em um contexto de guerras interestatais e civis religiosas, o jurista Jean Bodin desenvolveu uma das primeiras teorias sobre o poder soberano como principal agente da racionalização política:**

**Aquele que é soberano não deve estar sujeito ao comando de outrem em modo algum, e deve poder dar a lei aos seus súditos e apagar ou anular as palavras inúteis nela substituindo-as por outras, o que não pode ser feito por quem está sujeito às leis ou a pessoas que exercitem o poder sobre ele. Por isso, a lei afirma que o príncipe não está sujeito à autoridade das leis, e em latim a palavra lei significa o comando de quem tem o poder soberano. Assim como o papa, segundo os canonistas, nunca pode atar as próprias mãos, também não as pode atar o príncipe soberano, mesmo que o quisesse. Por isso, no fim dos editos e das ordenanças vemos as palavras “pois tal é o nosso prazer”, para que esteja claro que as leis do príncipe soberano, mesmo que fundadas em motivos válidos e concretos, dependem apenas de sua pura e livre vontade. Quanto, porém, às leis naturais e divinas, todos os príncipes da terra estão sujeitos a elas, nem possuem poder para transgredi-las, se não quiserem serem culpados de lesa majestade divina, pondo-se em guerra contra aquele Deus a cuja majestade todos os príncipes da terra devem se submeter, com absoluto temor e reverência.**

**Adaptado de J. Bodin, I sei libri dello Stato. Torino: Utet, 1964, livro I, cap. VIII, p. 358-362.**

Com base no trecho e em seus conhecimentos, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente o conceito moderno de estado e de soberania em Bodin.

A - Exercer a soberania absoluta, fazendo uso integral dos poderes da soberania, significa poder modificar o direito ordinário, consuetudinário e as leis fundamentais do Reino.

B - Para que o poder seja absoluto, deve se sobrepor a todos os demais poderes, por isso ele se manifesta na prerrogativa de não se submeter à autoridade das leis.

C - O poder absoluto consiste na faculdade de derrogar as leis civis, no caráter juridicamente incondicionado da soberania e em sua limitação pelo direito divino e natural.

D - O Estado moderno é caracterizado por uma entidade soberana, o Estado, que exerce o poder coercitivo sobre um território e possui o monopólio do uso legítimo da força.

E - A soberania moderna baseia-se na divisibilidade de poderes exercidos por um Estado sobre uma comunidade política, submetida aos poderes soberano, divino e natural.

Caberia recurso, porque o comando da questão especifica o conceito moderno de estado e de soberania em Bodin. A alternativa C refere-se à soberania. Porém a alternativa D também está correta a respeito do conceito moderno de Estado, pois, para Bodin, o Estado representa uma estrutura política única, dotada de soberania, que detém uma autoridade máxima e irrefutável sobre um território, logo monopoliza o uso da força.

**2. (Ano: 2023 Banca: COSEAC) Em sua célebre obra “O Príncipe”, Nicolau Maquiavel estuda a política na Antiguidade e revoluciona a Teoria do Estado e da Conspiração, criando as bases da Ciência Política. Nesta obra, o autor elabora uma teoria realista e sistemática que**

**A - cria a base para o desenvolvimento do conceito de Ética por Platão.**

**B - inspirou a elaboração e promulgação da Constituição austríaca de Weimar.**

**C - separa a ética individual da ética do Estado (fundada na noção do bem comum).**

**D - comprova a tese de que somente aquele que julga não saber, afirmando sua própria ignorância, é o que busca o verdadeiro conhecimento.**

**E - entende essencial a integração entre a moral comum e a moral política, inexistindo distinção entre a ética almejada pelos indivíduos que compõem a sociedade e aquela esperada dos órgãos de Estado, que exercem a função pública.**

**3. (Ano: 2018 Banca: CEBRASPE) Com relação à formação dos Estados modernos e à ascensão do nacionalismo, julgue os itens subsequentes.**

**Enquanto conceito histórico, o nacionalismo se refere à continuidade de valores imutáveis que caracterizam um sentimento de amor à pátria e de pertencimento a uma nação.**

**C - Certo**

**E - Errado**

Sistemas eleitorais.  
Teoria dos partidos políticos.  
História do voto e dos  
partidos no Brasil.

4.(Ano: 2018 Banca: CESPE )- A respeito da evolução do sistema partidário **brasileiro, julgue o item a seguir.**

**Apesar do crescimento continuado do número de partidos políticos com representação nas duas casas do Congresso Nacional, o sistema partidário no período de 1945-1964 pode ser caracterizado pela predominância de três partidos políticos.**

Certo

Errado

**No contexto da redemocratização do país após o fim do Estado Novo foram criados vários partidos políticos. Porém, somente três partidos se destacaram pela sua influência e representatividade na política nacional:**

**Partido Social Democrático (PSD): Criado por ex-interventores do Estado Novo, o PSD rapidamente se consolidou como uma grande força política. O partido tinha um caráter mais conservador e era apoiado, principalmente, pelas elites políticas e econômicas do interior do país. Teve um papel fundamental no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e, posteriormente, na eleição de Juscelino Kubitschek em 1955.**

**Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): Associado à figura de Getúlio Vargas, o PTB tinha uma orientação trabalhista e buscava representar os interesses dos trabalhadores urbanos e da nova classe média. Vargas, após ser eleito em 1950, governou pelo PTB até seu suicídio em 1954.**

**União Democrática Nacional (UDN): A UDN foi o principal partido de oposição aos governos de Vargas e Kubitschek. Defendia uma postura mais liberal e tinha uma base específica de especificações nas aulas médias urbanas. Era crítica ao populismo e ao trabalhismo, e tinha uma retórica fortemente anticomunista.**

5.(Ano: 2022 Banca: CESPE )- Acerca de aspectos relativos aos sistemas eleitorais, é correto afirmar que

**A - o sistema majoritário absoluto é utilizado nas eleições para deputados federais, estaduais e distritais.**

**B - o quociente eleitoral é aplicado na escolha de candidatos tanto no sistema majoritário quanto no proporcional.**

**C - o sistema majoritário simples é usado para definir as eleições de senador da República e de prefeito de municípios com menos de duzentos mil eleitores.**

**D - o sistema proporcional é usado no caso de pleitos que exijam mais da metade dos votos válidos para definição do candidato vencedor.**

**E - o sistema proporcional é adotado nas eleições do chefe do poder executivo municipal.**

**Sistema Majoritário Absoluto ou de Maioria Absoluta:** Neste sistema, o candidato é eleito no primeiro turno se conquista a maioria dos votos válidos, ou seja, 50% mais um voto, excluindo-se os votos nulos e brancos. Se nenhum candidato alcançar essa margem, realizará um segundo turno entre os dois candidatos mais votados. Este sistema é aplicado nas eleições para presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, além de prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores.

**Sistema Majoritário Relativo ou de Maioria Simples:** Aqui, o candidato é eleito com a maioria simples dos votos, sem a necessidade de atingir 50% +1 dos votos válidos. Portanto, não sendo maioria absoluta, não há previsão de segundo turno. Este método é utilizado nas eleições para senadores da República e seus suplentes, bem como para prefeitos e vice-prefeitos de municípios menos de 200 mil eleitores.

**Sistema Proporcional:** Este sistema visa garantir que os partidos tenham um número de assentos no parlamento proporcional à quantidade de votos recebidos. A distribuição dos assentos é feita através do cálculo do quociente eleitoral e do quociente partidário, seguido da distribuição de sobras. É utilizado nas eleições para deputado federal, deputado estadual, deputado distrital e vereador.

**6.(Ano: 2022 Banca: QUADRIX )- A respeito do sistema eleitoral brasileiro e dos vários aspectos relacionados a esse assunto, assinale a alternativa correta.**

**A - Nas eleições que ocorrerão no Brasil em 2022, estarão em disputa cargos para as três esferas de poder: a eleição de presidente e governadores dar-se-á na esfera do Poder Executivo; a eleição de deputados ocorrerá no âmbito do Poder Legislativo; e a eleição de senadores configurará uma disputa para o Poder Judiciário.**

**B - O sistema adotado no Brasil na eleição para o Poder Legislativo é o distrital misto, o que significa que os candidatos mais votados não serão, necessariamente, os eleitos.**

**C - No Brasil, o mandato de senador é de oito anos, com direito à reeleição, podendo concorrer a esse cargo somente os brasileiros com mais de 35 anos de idade.**

**D - O sistema brasileiro é semelhante ao estadunidense: em ambos os sistemas, o mandato de presidente é de quatro anos, e o mandatário pode ser reeleito apenas uma vez, não podendo voltar a concorrer ao cargo em uma eleição futura.**

7. Ano: 2023 Banca: CESPE - Em relação à representação proporcional no sistema eleitoral brasileiro, assinale a opção correta de acordo com a legislação.

**A - São considerados suplentes os candidatos mais votados da legenda, porém não eleitos efetivos, observada a exigência da votação nominal mínima.**

**B - O quociente partidário é o resultado da divisão do número de votos válidos obtidos pelo partido pelo quociente eleitoral, sendo desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, ou, se superior a meio, considerada equivalente a um.**

**C - No que tange à votação nominal mínima para o preenchimento dos lugares, é exigido um número de votos igual ou superior a 10% do quociente eleitoral, aplicável tanto à distribuição de cadeiras por meio do quociente partidário quanto à distribuição das sobras.**

**D - Caso nenhum partido atinja o quociente eleitoral, a regra da proporcionalidade será abandonada em favor do princípio majoritário.**

**E - Todos os partidos que apresentarem candidatos participarão da partilha das cadeiras não preenchidas, seja por meio da aplicação dos quocientes partidários, seja em razão da exigência de votação nominal mínima.**

- A) Não há exigência legal de votação nominal mínima (art. 112, parágrafo único, do Código Eleitoral).**
- B) A fração é SEMPRE desprezada (art. 107 do Código Eleitoral).**
- C) A regra para a distribuição das sobras está disposta no §2º do art. 109 do Código Eleitoral, o qual dispõe: “Poderão concorrer à distribuição dos lugares todos os partidos que participaram do pleito, desde que tenham obtido pelo menos 80% do quociente eleitoral, e os candidatos que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% desse quociente”.**
- E) O equívoco da questão está em dizer que TODOS os partidos apresentam participação da partilha das cadeiras (...). Conforme consta no §2º do art. 109 do Código Eleitoral, são os partidos que tenham obtido pelo menos 80% (oitenta por cento) do quociente eleitoral, e os candidatos que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% (vinte por cento) desse quociente.**

8. (Ano: 2022 Banca: IESES) - É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

**I. Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.**

**II. Caráter nacional.**

**III. Permissão de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.**

**IV. Prestação de contas à Justiça Eleitoral.**

**A sequência correta é:**

**A - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.**

**B - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.**

**C - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.**

**D - Apenas a assertiva III está incorreta.**

9.(Ano: 2023 Banca: CESPE) - Os partidos políticos

**A - são equiparados a órgãos públicos no direito brasileiro.**

**B - devem submeter previamente à justiça eleitoral as decisões que alterem sua estrutura interna e definam o funcionamento de seus órgãos permanentes.**

**C - somente podem se constituir juridicamente após autorização do Ministério da Justiça.**

**D - devem atender a determinados requisitos da legislação para ter direito a recursos do fundo partidário.**

**E - podem ter abrangência apenas regional, restrita a alguns estados da Federação, a fim de defender interesses específicos.**

- A. ERRADO. Um partido político é uma entidade jurídica de direito privado.**
- B. ERRADO. Arte conforme. 17, §1º, da CF/88, os partidos têm direito de autonomia para estabelecer sua organização interna e regulamentos.**
- C. ERRADO. De acordo com o art. 17, §2º, da CF/88, os partidos, uma vez legalizados conforme a lei civil, devem registrar seus regulamentos no Tribunal Superior Eleitoral.**
- D. CERTO. Segunda art. 17, §3º, da CF/88, apenas partidos que cumpram os critérios propostos tenham acesso aos recursos partidários e ao tempo gratuito em mídias.**
- E. ERRADO. Como previsto no art. 17, I, da CF/88, a formação e funcionamento dos partidos devem observar certos princípios, incluindo o de ter presença nacional.**

**10. (Ano: 2023 Banca: CESPE)- Em relação aos direitos políticos e aos partidos políticos, assinale a opção correta.**

**A - As atividades dos partidos políticos poderão ser financiadas por doação de entidades estrangeiras, desde que haja regular prestação de contas dos valores recebidos.**

**B - É prescindível a renúncia do presidente da República ao mandato que ocupa, antes do pleito eleitoral, para concorrer a cargo diverso.**

**C - O direito de participação em debates eleitorais e a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão deverão ser designados proporcionalmente ao número de candidatos, não podendo sofrer restrições pela via legislativa.**

**D - É constitucional cumulação da inelegibilidade com a suspensão dos direitos políticos.**

**E - O condenado por improbidade administrativa à sanção de suspensão dos direitos políticos por oito anos, cuja sentença tenha transitado em julgado, não poderá concorrer a cargo eletivo na próxima eleição, mas poderá nela votar.**

- A) A legislação claramente veda a obtenção de fundos de origem estrangeira, conforme art. 17, II, CF, que proíbe o financiamento por entidades ou governos de outros países.**
- B) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito. art. 14, § 6º, CF.**
- C) O sorteio para tal é baseado no tamanho da representação eleita do partido e não no número de candidatos. A Lei n. 9.096/1995, sem art. 50-B, § 1º, esclarece essa distribuição com base na representação eleita.**
- D) Sendo essa a resposta da pergunta. O Supremo Tribunal Federal já esclareceu que a inelegibilidade e a suspensão de direitos políticos são coisas distintas e se acumular.**
- E) A suspensão dos direitos políticos retira tanto o direito de se candidatar quanto o de votar.**

**11.(Ano: 2022 Banca: VUNESP) - Sobre os partidos políticos, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que:**

A - somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos quinze deputados federais.

B - os parlamentares que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão, em qualquer situação, o respectivo mandato.

C - não estão os partidos obrigados à vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

D - é facultada aos partidos a celebração de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

E - os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos na Junta Comercial.

- A. INCORRETO.** Não é somente pela eleição de ao menos quinze deputados federais que os partidos obtenham direito aos recursos do fundo partidário e ao acesso gratuito em rádio e TV. É preciso um mínimo de 3% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, e com ao menos 2% dos votos válidos em cada um, conforme art. 17, § 3º da CF/88.
- B. INCORRETO.** Os parlamentares não perdem seu mandato ao se desligarem do partido pelo que foram eleitos em todas as situações. Existem propostas previstas na Constituição, no art. 17, § 6º.
- C. CORRETO.** Os partidos políticos possuem autonomia e não são obrigados a estabelecer vinculações entre as candidaturas em diferentes níveis - nacional, estadual, distrital ou municipal, conforme o art. 17, § 1º da CF/88.
- D. INCORRETO.** A celebração de coligações partidárias em eleições proporcionais é proibida pela Constituição no art. 17, § 1º.
- E. INCORRETO.** Após obterem personalidade jurídica, os partidos políticos deverão registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e não na Junta Comercial, como determina o art. 17, § 2º da CF/88.

12. (Ano: 2022 Banca: Instituto UniFil) - Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sobre os partidos políticos, assinale a alternativa incorreta.

**A - É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos de caráter nacional.**

**B - É permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.**

**C - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.**

**D - Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.**

**E - O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.**

### **13.(Ano: 2022 Banca: CESPE) - Quanto ao seu funcionamento, o partido político:**

**A - pode receber recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que esta não tenha fins lucrativos.**

**B - deverá prestar contas ao Ministério Público e ao TCU.**

**C - deve observar a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.**

**D - que, na soma de senadores e deputados federais, eleger quinze parlamentares, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, terá assegurado acesso gratuito a rádio e televisão e, ainda, o direito a recursos do fundo partidário.**

**E - deve, necessariamente, ter caráter nacional.**

14.(Ano: 2018 Banca: CESPE) - A respeito da evolução do sistema partidário brasileiro, julgue o item a seguir.

**O sistema de dois partidos que vigorou de 1965 a 1979 decorreu da proibição legal de criação de novos partidos.**

Certo

Errado

15. (Ano: 2018 Banca: CESPE) - A respeito da evolução do sistema partidário brasileiro, julgue o item a seguir.

**Na Primeira República, especialmente a partir da instituição da política dos governadores, a autonomia dos estados diante do poder central foi fortalecida e o sistema partidário passou do bipartidarismo sem alternância no poder, característico do período imperial, para um sistema de partido único com alternância no poder.**

Certo

Errado

**Durante o período imperial, o Brasil tinha dois partidos dominantes: o Partido Conservador e o Partido Liberal.**

**No entanto, alegar que havia um “bipartidarismo sem alternância no poder” é errado, pois estes dois partidos de fato se alternaram no poder ao longo do período imperial, embora com algumas controvérsias e períodos de maior permanência de um em detrimento do outro.**

**Sistema de Partido Único com Alternância na Primeira República: A Primeira República, embora dominada principalmente pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais (a chamada "política do café com leite"), não possuía um "sistema de partido único". Havia diversos partidos republicanos estaduais.**

16. (Ano: 2017 Banca: CESPE )- **A apuração do quociente eleitoral é necessária para determinar o resultado de eleição para**

**A - prefeito.**

**B - senador.**

**C - vereador.**

**D - presidente da República.**

**E - governador.**

**Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.**

**Determina-se para cada Partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.**

**Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.**

17. (Ano: 2020 Banca: VUNESP)- No Brasil, o sistema majoritário absoluto é utilizado nas eleições para os cargos

**A - da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais.**

**B - da Assembleia Legislativa, de Presidente da República e Prefeito de Município com mais de 200000 (duzentos mil) eleitores.**

**C - de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e de Prefeito Municipal.**

**D - de Governador de Estado e do Distrito Federal, da Câmara dos Deputados e de Prefeito de Município com mais de 200000 (duzentos) mil habitantes.**

**E - de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito de Município com mais de 200000 (duzentos) mil eleitores.**

18. (Ano: 2019 Banca: CESPE - Acerca de aspectos relativos aos sistemas eleitorais, é correto afirmar que

**A - o sistema majoritário absoluto é utilizado nas eleições para deputados federais, estaduais e distritais.**

**B - o quociente eleitoral é aplicado na escolha de candidatos tanto no sistema majoritário quanto no proporcional.**

**C - o sistema majoritário simples é usado para definir as eleições de senador da República e de prefeito de municípios com menos de duzentos mil eleitores.**

**D - o sistema proporcional é usado no caso de pleitos que exijam mais da metade dos votos válidos para definição do candidato vencedor.**

**E - o sistema proporcional é adotado nas eleições do chefe do poder executivo municipal.**

- A) Nas eleições para deputados federais, estaduais e distritais, não se adota o sistema majoritário absoluto. O método empregado para essas posições é o sistema proporcional.**
- B) O conceito de quociente eleitoral aplica-se somente nas eleições com sistema proporcional. É pelo cálculo da divisão dos votos válidos pelo total de vagas disponíveis em uma circunscrição eleitoral, desprezando-se a fração se for até meio e arredondando para um se for maior (Conforme Código Eleitoral, art. 106).**
- C) O sistema majoritário simples, também conhecido como de turno único, determina que o candidato vencedor é aquele que alcança a maioria simples dos votos em uma eleição. Esse sistema rege as eleições para senador da República e para prefeito e vice-prefeito em municípios com menos de quinze mil habitantes.**
- D) O sistema majoritário absoluto, e não o sistema proporcional, é o método que exige a conquista de mais da metade dos votos válidos para que um candidato seja declarado vencedor.**
- E) Para as eleições de prefeitos, não é o sistema proporcional que é aplicado. A eleição do prefeito pode acontecer em dois turnos — exclusivamente para cidades com mais de 200 mil eleitores, se nenhum candidato conseguir 50%+ 1 votos. Mas também pode acontecer em um turno só — em cidades com menos de 200 mil eleitores, nesse caso por maioria simples.**

**19. (Ano: 2017 Banca: CESPE) - O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais, por sua vez, são constituídos por representantes dos estados e do Distrito Federal (DF). Para o Senado Federal, tais representantes são eleitos segundo o**

**A - sistema proporcional, e cada estado e o DF elegem dois candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.**

**B - princípio majoritário, e cada candidato é eleito com um suplente.**

**C - sistema proporcional, e cada estado e o DF elegem três candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.**

**D - sistema proporcional, e cada candidato é eleito com dois suplentes.**

**E - princípio majoritário, e cada estado e o DF elegem três candidatos, cada um deles com mandato de oito anos.**



**20. (Ano: 2017 Banca: CESPE) - Com relação às regras que presidem as eleições no Brasil, assinale a opção correta.**

**A - Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários, em razão das exigências de votação nominal mínima, serão distribuídos conforme a ordem de votação dos candidatos, independentemente dos partidos.**

**B - Partidos têm autonomia para celebrar suas coligações em cada estado, mas as coligações municipais terão de ser congruentes com as coligações decididas no plano do estado.**

**C - Os votos brancos e nulos são computados para fins de cálculo do quociente eleitoral.**

**D - Partidos que não preencherem os percentuais mínimos de candidatos de cada sexo estarão sujeitos à redução em 50% dos repasses do Fundo Partidário a que tiverem direito nos doze meses seguintes à eleição.**

**E - Uma vez determinados os quocientes eleitoral e partidário, estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.**

**Art. 109.** Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários e em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o art. 108 serão distribuídos de acordo com as seguintes regras (redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015):

**I) dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação pelo número de lugares definido para o partido pelo cálculo do quociente partidário do art. 107, mais um, cabendo ao partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher, desde que tenha candidato que atenda à exigência de votação nominal mínima (redação dada pela Lei nº 13.165/15) (recomendamos, para fins de estudo, examinar a ADIN 5420, que dispõe sobre esse inciso);**

**II) repetir-se-á a operação para cada um dos lugares a preencher (redação dada pela Lei nº 13.165/15).**

**III) quando não houver mais partidos ou coligações com candidatos que atendam às duas exigências do inciso I, as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresentem as maiores médias (redação dada pela Lei nº 13.165/15).**

**§ 1º.** O preenchimento dos lugares com que cada partido ou coligação for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida por seus candidatos (redação dada pela Lei nº 13.165/15).

**§ 2º.** Poderão concorrer à distribuição dos lugares todos os partidos e coligações que participaram do pleito (redação dada pela Lei nº 13.488/17).

**B) De acordo com o art. 17, § 1.º da Constituição Federal, após a alteração pela EC nº 97/17, não existe uma regra obrigatória que ligue as coligações em nível nacional, estadual, distrital ou municipal.**

**C) Os votos nulos e os votos em branco não são considerados ao calcular o quociente eleitoral. Conforme o art. 106 do Código Eleitoral, somente os votos válidos são contabilizados para essa finalidade.**

**D) Não existe uma regra legal que penalize partidos políticos, cortando pela metade os repasses do Fundo Partidário, caso eles não cumpram os percentuais mínimos de candidaturas de cada gênero. A lei, de fato, estabelece uma faixa entre 30% e 70% para candidaturas de cada gênero em eleições proporcionais. Porém, nenhuma discussão específica foi definida. Na ausência dessa definição, a Justiça Eleitoral decidiu que o partido deve ser notificado para regularizar a situação ou, caso contrário, poderá ser impedido de participar da eleição.**

21.(Ano: 2023 Banca: FGV) - Tício, candidato a deputado estadual no pleito de 2022, apresentou registro de candidatura dentro do prazo legal. Ao final do prazo previsto no Art. 16, § 1º, da Lei nº 9.504/1997, seu pedido de registro de candidatura não havia sido definido em Instância ordinária, não havendo publicação de decisões a ele relativas. Na forma da lei, permitiu-se a Tício a prática dos atos relativos à campanha eleitoral, tendo sido incluído seu nome na urna eletrônica.

**Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal atualizada, é correto afirmar que:**

**A - nas eleições proporcionais não devem ser computados como válidos para os partidos políticos os votos dados a candidatos sub judice cujos registros de candidatura estejam sem análise na data da eleição;**

**B - o computo, para o respectivo partido ou coligação, dos votos atribuídos a candidato sub judice fica condicionado, em qualquer hipótese, ao deferimento do seu registro;**

**C - devem ser computados como válidos os votos dados, apenas, aos candidatos sub judice cujos registros de candidatura estejam deferidos pela Justiça Eleitoral na data da eleição e que, após a votação, sejam indeferidos por decisão judicial;**

**D - os votos obtidos por candidato cuja candidatura no dia da eleição se encontrava sub judice, na hipótese de indeferimento do registro superveniente, serão computados e considerados na definição de quociente partidário;**

**E - excluem-se da contagem para as legendas os votos atribuídos ao candidato cujo registro tenha sido indeferido no dia da votação.**

**A - O STF estabeleceu que os dados dos votos dos candidatos sub judice são computados, mas ficam "congelados" até que haja uma decisão definitiva sobre o registro do candidato.**

**B – STF: os votos atribuídos aos candidatos sub judice são contabilizados para o partido ou coligação apenas se o registro do candidato posteriormente deferido pela Justiça Eleitoral.**

**C - Esta alternativa tem um aspecto conflitante. Se o registro do candidato já foi adiado na data da eleição, os votos são válidos e contados normalmente. Se, após a eleição, há um indeferimento, a situação muda, mas a validade dos votos é baseada no status do registro na data da eleição.**

**D - Se a candidatura esteve sub judice na data da eleição e depois foi indeferida, os votos obtidos pelo candidato não são considerados para fins de cálculo do quociente eleitoral, mas são considerados para o cálculo do quociente partidário.**

**E – STF: se o registro de candidatura de um candidato foi indeferido no dia da votação, os votos para ele não são considerados válidos.**

- Representação política.
- Sistemas e formas de governo.
- Poderes e relações entre poderes:  
Executivo, Legislativo e Judiciário.

O sistema de governo está relacionado com a maneira como funciona a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo de um país, tendo sido adotado no Brasil o tipo presidencialista. Em relação ao sistema presidencialista, tem-se como pressuposto a ideia de que

A - inexiste a tipicidade de funções, dado que o Presidente pode exercer tipicamente tanto a capacidade executiva, quanto a legislativa e jurisdicional.

B - a separação dos Poderes delimita a atividade estatal de legislação, acarretando em uma relação dependente e harmônica entre os organismos políticos.

C - a administração pública é interpretada de forma subjetiva, considerando-se apenas os órgãos administrativos, em detrimento das ações efetivamente governamentais.

D - o sistema de freios e contrapesos garante a soberania de cada poder, viabilizando a arbitrariedade administrativa ao Presidente da República.

E - a chamada dupla função do Presidente da República ocorre quando ele exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.

**A- ERRADA** porque cada poder possui suas funções características: o Executivo é responsável pela gestão e implementação, e os poderes Legislativo e Judiciário são, respectivamente, encarregados das atividades legislativas e judiciais.

**B- ERRADA** porque a relação entre os poderes não é "dependente".

**C- ERRADA** porque a discussão sobre a Administração Pública, sob o prisma subjetivo, orgânico ou formal (agrupamento de agentes, entidades e órgãos estatais encarregados da função administrativa) ou objetivo, material ou funcional descrito como "administração pública" com letras iniciais minúsculas (a ação estatal que busca atuar de maneira concreta em prol do interesse coletivo) não é pressuposto para o sistema de governo.

**D- ERRADA**, porque, ao contrário, o freios e contrapesos visa a equilibrar e moderar o poder político e a prevenir abusos de qualquer um dos Poderes do Estado.

**E - a chamada dupla função do Presidente da República ocorre quando ele exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.**

Banca: FUMARC) A crise de representação e o crescimento da participação da sociedade civil nos processos políticos têm gerado novas dinâmicas de representação política, o que resulta na necessidade de compreendê-la em sua dimensão processual. Essas novas dinâmicas abarcam a compreensão de que:

I. A representação se constitui como atividade que pressupõe interações contínuas, ao longo do tempo, entre representantes e representados, não havendo definição prévia do que é representado e de quem o representa.

II. Há uma diversidade de atores sociais que exercem representação política de fato, cujas ações são dirigidas para um público que buscam atrair e convencer sobre questões diversas, muitas das quais escapam do alcance da representação democrática do Estado Nacional.

III. A legitimidade da representação desses novos atores não é proveniente da autorização, como é no caso do eleitor, mas das funções discursivas sustentadas pela apresentação de temas e questões postos para o debate na esfera pública.

IV. Há modalidades de representação, de largo alcance e muitas vezes informais, que não requerem controle por aqueles que dizem representar, precisando apenas que esses representantes tornem pública sua atuação.

Estão CORRETAS apenas as afirmativas.

A - I, II e III.

B - I, III e IV.

C - II e III.

D - II, III e IV.

I As principais características da monarquia são a vitaliciedade, a hereditariedade e a responsabilidade do governante.

II O federalismo brasileiro é oriundo de um federalismo por segregação, também chamado de federalismo por desagregação ou movimento centrífugo.

III As principais características da república são a temporariedade do mandato, a elegibilidade dos representantes e a irresponsabilidade dos governantes.

Assinale a opção correta.

A - Nenhum item está certo.

B - Apenas o item I está certo.

C - **Apenas o item II está certo.**

D - Apenas o item III está certo.

E - Todos os itens estão certos.

**25. (Ano: 2023 Banca: CEBRASPE)**  
itens subsecutivos.

**A respeito dos sistemas e regimes de governo, julgue os**

**I O parlamentarismo caracteriza-se predominantemente pela divisão do Poder Executivo em duas partes: chefia de Estado, exercida pelo presidente, em uma República, ou pelo monarca, em uma monarquia; e chefia de governo, exercida pelo primeiro-ministro.**

**II O presidencialismo é um sistema típico das monarquias.**

**III A democracia direta é caracterizada pela eleição de representantes do povo, por meio do voto, além de mecanismos de participação popular, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.**

**Assinale a opção correta.**

**A - Apenas o item I está certo.**

**B - Apenas o item II está certo.**

**C - Apenas os itens I e III estão certos.**

**D - Apenas os itens II e III estão certos.**

**E - Todos os itens estão certos.**

I. No presidencialismo, chefe de estado e chefe de governo concentram-se em uma única pessoa.

II. O chefe de estado é a figura política central do parlamentarismo, pois é ele que exerce o poder executivo.

III. O governo parlamentar é aquela forma que assenta fundamentalmente na igualdade e colaboração entre o executivo e o legislativo.

Está correto o que se apresenta em:

A - I e II, apenas.

**B - I e III, apenas.**

C - II e III, apenas.

D - I, II e III.

contemporâneo, considerando as teorias das formas e dos sistemas de governo, julgue o item a seguir.

**Sistema de governo corresponde genericamente ao tipo de relações institucionais mantidas entre os órgãos integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo, envolvendo também aspectos relativos à investidura e à manutenção ou destituição dos governantes do poder.**

**C - Certo**

**E - Errado**

**Sistema de governo refere-se ao conjunto de relações institucionais entre os Poderes Executivo e Legislativo. Esse conceito engloba a maneira como os líderes são investidos em seus cargos, os mecanismos que determinam sua permanência ou remoção e a maneira como os poderes interagem. No presidencialismo, o chefe de estado e chefe de governo é a mesma pessoa (o presidente), e ele é eleito de forma independente do legislativo. No parlamentarismo, o chefe de governo (primeiro-ministro) emerge do legislativo e depende da confiança deste para se manter no poder.**

**28. (Ano: 2022 Banca: Quadrix)**  
**parlamentarista, julgue:**

**A respeito do sistema presidencialista e do modelo**

**A possibilidade de dissolução do parlamento pelo chefe de Estado é uma característica do sistema presidencialista.**

**C - Certo**

**E – Errado**

**A possibilidade de dissolução do parlamento pelo chefe de Estado é uma característica do sistema parlamentarista, e não do presidencialista. No sistema parlamentarista, quando há crises ou impasses políticos, o chefe de Estado (que pode ser uma monarca ou um presidente, dependendo da forma do Estado) tem a prerrogativa de dissolver o Parlamento e convocar novas eleições. Já no presidencialismo, o presidente e os membros do legislativo têm mandatos fixos, e não há possibilidade de dissolução do congresso ou legislativo pelo chefe de Estado.**

**29.(Ano: 2022 Banca: Quadrix)  
parlamentarista, julgue:**

**A respeito do sistema presidencialista e do modelo**

**No parlamentarismo, há um deslocamento de parcela da atividade do Poder Executivo para o Poder Legislativo.**

**C - Certo**

**E – Errado**

**No sistema parlamentarista, o Poder Executivo e o Poder Legislativo são interdependentes. O Poder Executivo, exercido pelo chefe de governo (normalmente denominado primeiro-ministro) baseia-se na maioria parlamentar e depende da confiança do legislativo para se manter no poder. Isso provoca uma acentuada interação e colaboração entre os poderes, levando a um deslocamento, para o Legislativo, de certas atividades que, em sistemas presidencialistas, estariam exclusivamente com o Executivo.**

**30. (Ano: 2022 Banca: VUNESP)**

**O Brasil adotou na Constituição de 1988 o sistema presidencialista de governo, o qual difere do sistema parlamentarista. A esse respeito, é correto afirmar:**

**A - no sistema parlamentarista, a Chefia de Estado cabe a um Monarca vitalício e hereditário, cabendo ao Primeiro Ministro a função de Chefe de Governo.**

**B - o sistema presidencialista no Brasil é tratado como cláusula pétrea, não podendo ser objeto de emenda constitucional**  
**C - a função de Chefe de Governo do Presidente da República concentra tanto a gerência dos negócios internos de natureza política quanto dos negócios internos de natureza administrativa.**

**C - a função de Chefe de Governo do Presidente da República concentra tanto a gerência dos negócios internos de natureza política quanto dos negócios internos de natureza administrativa.**

**D - o sistema parlamentarista de governo não é compatível com a existência de um Presidente da República.**

**31.(Ano: 2021 Banca: CEBRASPE) Com relação ao Poder Executivo e à defesa do Estado e das instituições democráticas na CF, julgue os itens subsequentes.**

**A CF adota o presidencialismo como forma de governo, cabendo ao presidente da República a chefia de Estado e de governo.**

**C - Certo**

**E – Errado**

**O Brasil adota o presidencialismo como sistema de governo e a forma de governo é a República.**

O Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano. Esses três elementos são indissociáveis e indispensáveis para a noção de um Estado independente: o povo, em um dado território, organizado segundo sua livre e soberana vontade.

Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. Direito administrativo descomplicado. 16.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Método, 2008. p. 13.

Acerca de Estado, governo e Administração Pública, julgue:

Os sistemas de governo relacionam-se com a maneira como o poder é instituído e transmitido, podendo se dar por meio da república e da monarquia.

C - Certo

**E – Errado**

Os sistemas de governo (como presidencialismo e parlamentarismo) tratam da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo e de como são exercidos. Já a maneira como o poder é instituído e transmitido refere-se às formas de governo: a república e a monarquia.

33.(Ano: 2019 Banca: AOCP) Na estrutura do Poder Executivo, verifica-se a existência de duas funções primordiais diversas, quais sejam, a de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

A - O Chefe de Governo representa o país nas suas relações internacionais, bem como corporifica a unidade interna do Estado.

B - O Chefe de Estado exercerá a liderança da política nacional, pela orientação das decisões gerais e pela direção da máquina administrativa.

C - Tanto no presidencialismo como no parlamentarismo, ocorre a acumulação dessas funções (Chefe de Governo e Chefe de Estado) em uma única pessoa.

**D - O texto constitucional brasileiro expressamente adotou o presidencialismo, proclamando a junção das funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, a serem realizadas pelo Presidente da República, prevendo-as no art. 84 da Constituição Federal**

E - Em alguns países, a função de chefe de Governo é exercida pelo Monarca e a de chefe de Estado, pelo Primeiro Ministro que chefia o gabinete.

A descrição está invertida

Sabe-se que Sistema de Governo é o modo como se relacionam os principalmente o executivo e o legislativo. Diante dessa afirmação é correto

afirmar que:

**A - Parlamentarista: é um sistema de governo em que o poder legislativo proporciona a sustentação política para o poder executivo**

**B - Presidencialista: é um sistema de governo em que o monarca, imperador ou rei, governa um país como chefe de Estado. O governo é vitalício, ou seja, até morrer ou abdicar. A transmissão de poder ocorre de forma hereditária (de pai para filho), portanto não há eleições para a escolha de um monarca.**

**C - Semipresidencialista: este sistema só pode funcionar em certas circunstâncias e em países com tradição de independência e experiência de autogoverno. É caracterizado juridicamente pela distinção de funções, mas sem a separação delas, salvo em relação ao Judiciário que é independente e especializado; todavia, as decisões sobre a elaboração das leis estão concentradas nas mãos da Assembleia**

**D - Diretorial: é um modo de organização da estrutura política de um país que possui elementos de dois outros sistemas e tem sido utilizado por países como França, Finlândia e Portugal para garantir a governabilidade do país.**

**E - Monarquia: é um sistema de governo no qual o presidente é o Chefe de Estado e de Governo. Este presidente é o responsável pela escolha dos ministros que o auxiliam no governo**

**35. Um sistema político é semipresidencialista se apresentar conjuntamente as seguintes características:**

**(a) o chefe de Estado (presidente) é eleito por votação popular, de forma direta ou indireta, para um mandato determinado;**

**(b) por eleições parlamentares separadas são eleitos o Gabinete e é escolhido o Primeiro-Ministro;**

**(c) o chefe de Estado (presidente) compartilha o poder executivo com o primeiro-ministro, em uma estrutura de dupla de autoridade conforme três critérios:**

**(i) embora independente do parlamento, o presidente não tem o direito de governar sozinho ou diretamente, e portanto, sua vontade deve ser canalizada e processada pelo seu governo;**

**(ii) inversamente, o primeiro-ministro e seu gabinete independem do presidente, na medida em que dependem do parlamento; estão sujeitos à confiança e/ou à não-confiança parlamentar, pelo que precisam do apoio da maioria do parlamento;**

**(iii) seja respeitada a "autonomia potencial" de cada componente do Executivo (Presidente e Primeiro-Ministro).**

**São exemplos de países semipresidencialistas: Egito, Portugal, França, Congo, Timor Leste**